

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS – DECAD

MEDIDAS INSITUCIONAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO
PRETO (UFOP) RELATIVAS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

MALENA APARECIDA FAUSTINO

MARIANA

2018

MALENA APARECIDA FAUSTINO

MEDIDAS INSITUCIONAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO
PRETO (UFOP) RELATIVAS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
junto ao Curso de Administração da
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP,
como requisito à obtenção do Título de
Bacharel.

Orientadora: Prof. Dra. Carolina Machado
Saraiva

MARIANA

2018

F268m Faustino, Malena Aparecida.
Medidas institucionais na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
relativas à violência contra a mulher [manuscrito] / Malena Aparecida
Faustino. - 2018.

52f.: il.: color.

Orientadora: Profª. Drª. Carolina Machado Saraiva.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e
Gerenciais.

1. Identidade de gênero. 2. Brasil. [Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006].
3. Políticas de combate. 4. Campi universitários. 5. Mulheres. I. Saraiva,
Carolina Machado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 658

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

FICHA DE APROVAÇÃO

MALENA APARECIDA FAUSTINO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito à obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Professora DSc. Carolina Machado Saraiva

COMISSÃO EXAMINADORA



Professora DSc. Carolina Machado Saraiva
Orientadora e Presidente da Banca



Professora DSc. Simone Aparecida Simões Rocha
Membro Avaliador



Especialista Itaiane de Paula
Membro Avaliador

Mariana, 28 de novembro de 2018.

MEMORIAL

Iniciei o curso de Administração na UFOP no primeiro semestre de 2015. Desde os primeiros períodos observei a necessidade de uma abordagem da violência de gênero a partir de iniciativas administrativas em organizações. Em consequência do meu contato com instituições de ensino público, optei por analisar as políticas que uma dessas apresenta para tratar a questão contra a mulher.

Acredito que um dos principais desafios do administrador é garantir por meio de um gerenciamento eficiente que os colaboradores tenham disponível um espaço de trabalho seguro, que permita o bem estar social e estimule a produtividade. Considerando o papel e a forma como o feminino são percebidos na realidade social, desenvolvi a pesquisa no intuito de proporcionar visibilidade às problemáticas enfrentadas por este público no espaço acadêmico de modo que novos estudos possam ser elaborados dando continuidade ao trabalho e propiciando novos modos de combate a violência de gênero.

Ressalto a importância do gerenciamento adequado de recursos humanos e do espaço físico para que não haja negligência quanto às situações de violência, principalmente, quando esta atinge grupos específicos como a exercida por caráter de gênero. É função do administrador identificar as ocorrências e garantir que tenha desdobramentos nos âmbitos legais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força e perseverança.

Aos meus pais, Maria da Cruz e Vicente, agradeço pelo amor incondicional, incentivo e apoio que sempre me deram.

Ao meu namorado, Reinaldo, pelo amor, carinho, companheirismo e por entender os momentos de ausência e estresse.

A querida Maria Aparecida, pela imensurável ajuda.

Meus sinceros agradecimentos a Universidade Federal de Ouro Preto e a todos os colaboradores que contribuíram para minha formação, em especial, a minha orientadora, Prof. Dra. Carolina Machado Saraiva, pela paciência e suporte.

RESUMO

A violência de gênero não pode ser caracterizada como um problema recente, mas as medidas adotadas para combatê-la tem, relativamente, pouco tempo de vigência. Essa situação também se aplica ao considerar-se o ambiente universitário. Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva identificar os meios institucionais que a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) utiliza para combater a violência de gênero na comunidade acadêmica. Os conceitos de gênero, violência de gênero, legislação (Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio) e medidas institucionais de combate a violência contra a mulher em universidades compõem o referencial teórico do trabalho. A pesquisa documental foi adotada como metodologia e foram realizadas buscas por termos especificados no site oficial da instituição e no site do Encontro de Saberes. Observou-se a predominância de políticas educativas e de conscientização contra esse tipo de violência, assim como a recorrência de eventos no mês de celebração do Dia Internacional da Mulher. Comunicados oficiais informando sobre o repúdio da Universidade contra crimes de gênero, comitês e projetos de formação sobre a temática também são desenvolvidos.

Palavras-chaves: violência de gênero; Lei Maria da Penha; políticas de combate; campus universitário.

ABSTRACT

Gender-based violence can not be characterized as a recent problem, but rather relatively short-term measures to combat violence. This situation also applies when considering the university environment. In this context, the research aims to identify the organizational policies of the Federal University of Ouro Preto (UFOP) used to combat gender violence in the academic community. The concepts of gender, gender violence, legislation and institutional practices to combat violence against women in universities make up the theoretical framework. The documentary research was adopted as a methodology and was made for terms published on the official site of the institution and on the site of the Encontro de Saberes. There was a predominance of educational and awareness-raising policies against this type of violence, as well as a recurrence of events near the International Women's Day. Communicators on informing on the repudiation of the University of crimes against crimes of gender, committees and training projects on communication are also developed.

Keywords: gender violence; Lei Maria da Penha; combat projects; university campus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Violência de Gênero	7
2.1 Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio	10
2.4 Violência de gênero: medidas institucionais em ambientes universitários	12
3 METODOLOGIA	14
3.1 Corpus analítico	14
3.2 Pesquisa Documental	15
3.3 Procedimentos metodológicos	15
4 ANÁLISE DOS DADOS	17
4.1 Descrição dos resultados da pesquisa	17
4.1.1 Buscas no site da UFOP	17
4.1.2 Buscas no site do Encontro dos Saberes	18
4.2 Definição das classes	18
4.2.1 Classe administrativa	19
4.2.2 Classe de pesquisa	23
4.2.3 Classe de extensão	25
4.2.4 Classe de ensino	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
APÊNDICE A – Resultados na busca do site da UFOP	34
APÊNDICE B – Resultados do site do Encontro de Saberes	41
APÊNDICE C – Produto técnico	44

1 INTRODUÇÃO

O gênero não é uma questão de natureza, mas de cultura. Ao abordar-se o assunto, observa-se que as relações entre o feminino e o masculino são historicamente singularizadas por desigualdades. Homens e mulheres vivenciam experiências diversificadas em consequência do critério de gênero em dinâmicas que convergem para perspectivas dicotômicas embora acredite-se que esse binarismo tenha sido resolvido (SAFFIOTI, 2009). A temática do gênero começou a ser discutida nos Estados Unidos após movimentos de feministas americanas que buscavam igualdade entre o sexo masculino e o feminino. Na Inglaterra, o movimento feminista teve início no século XIX com um grupo de mulheres que se organizaram para reivindicar o direito ao voto. No Brasil, as mobilizações foram desenvolvidas com o mesmo propósito: lutar pelo direito do exercício da democracia. Além disso, elas buscavam oportunidade de estudo, acesso a determinadas profissões, empoderamento da classe e a quebra do paradigma em que a mulher é interpretada como objeto destinado, exclusivamente, ao marido e à maternidade (SCOTT, 1995; PINTO, 2010).

Essas considerações são importantes para o desenvolvimento do seguinte problema de pesquisa: “Quais os meios institucionais utilizados pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para lidar com questões relativas a violência de gênero? ”. Para análise dos meios, optou-se por realizar buscas em dois sites oficiais da instituição: site da UFOP e site do Encontro de Saberes.

O objetivo geral da pesquisa é identificar os meios institucionais que a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) tem utilizado para lidar com as questões de violência contra as mulheres na sua comunidade acadêmica. Para tanto, foram estabelecidos os objetivos específicos: 1. Descrever as medidas administrativas adotadas pela UFOP para coibir a prática de violência; 2. Descrever as medidas de pesquisa adotadas pela UFOP para coibir a prática de violência; 3. Descrever as medidas de extensão adotadas pela UFOP para coibir a prática de violência; e 4. Descrever as medidas de ensino adotadas pela UFOP para coibir a prática de violência.

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada em 21 de agosto de 1969 na cidade de Ouro Preto a partir da junção da Escola de Farmácia e da Escola de Minas. Atualmente, oferece 88 cursos entre graduação e pós-graduação, na modalidade presencial, divididos em 04 campi: campus Morro do Cruzeiro, localizado na cidade de Ouro Preto; Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas

(ICSA), ambos localizados na cidade de Mariana; e Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA), na cidade de João Monlevade. São 12.780 alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação. O quadro funcional é composto por 988 professores e 766 técnicos administrativos. Em 2018, a Universidade foi classificada como a 14ª melhor instituição de ensino federal no país e a 5ª no estado, segundo ranking da Times Higher Education.¹

No presente estudo, optou-se por fazer essa análise através do site da instituição e do site do Encontro de Saberes, que trazem informações sobre as políticas oficiais da universidade. Foram catalogadas as medidas a partir das palavras chaves “violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “medidas sobre a violência contra a mulher”, “Lei Maria da Penha” e “feminicídio”. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa documental.

Observou-se que as ações estão associadas à questão da formação e conscientização sobre a temática, à promoção de visibilidade sobre o assunto e à denúncia, a partir de alguns órgãos como o Comitê de Mediação e Humanização nas Relações de Trabalho (COMHUR) e como a Ouvidoria Feminina: Athenas. Esses processos se efetivam por meio de palestras, debates e exibição de filmes organizados por professores em conjunto com alunos e ex alunos da universidade.

A violência contra mulher é uma realidade presente no cotidiano de muitas pessoas. Embora algumas possam dizer que não presenciaram ou têm conhecimento de situações de violência por gênero, os jornais televisivos, as mídias digitais e outros formatos do jornalismo apresentam dados que comprovam a fragilidade da segurança da mulher no meio social. Segundo reportagem da Revista Veja de 09 de agosto de 2018, “o número de homicídios praticados contra mulheres teve um aumento de 6,1% entre 2016 e 2017. (Grifo do autor) O índice contrasta com existência de duas leis específicas contra violência de gênero: Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio.

Além do quadro geral, dentro das universidades ainda percebe-se que um alto número de denúncias tem sido feito nos últimos anos. Em agosto de 2018, o Coletivo de Mulheres Alzira Reis do departamento de Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) registrou 100 denúncias de assédio dentro do campus no período de 6 dias. A organização realiza o acolhimento das mulheres que sofreram violência, realiza intervenções de combate ao machismo e promovem debates para a reflexão sobre o feminismo e dos modos de abordagem da saúde feminina nos cursos. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Avon 2015, 56%

¹ Para mais informação ver “UFOP entre as melhores universidades do país em ranking da Times Higher Education”. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/ufop-entre-melhores-universidades-do-pais-em-ranking-da-times-higher>. Acesso em 08 nov. 2018.

das alunas de graduação e pós, afirmaram ter sofrido assédio de técnicos administrativos, estudantes e professores. Nesse contexto, as instituições vêm desenvolvendo políticas para prevenção e combate à violência de gênero dentro dos campi universitários.

Um dos principais aspectos de pertinência da pesquisa está relacionado ao ambiente em que a violência de gênero acontece, o meio acadêmico. A universidade deve ser construída como um espaço de desenvolvimento humano de modo que não pode servir como campo de propagação de violências como a de gênero. Ao pensar-se o curso de Administração, há que ressaltar-se que a temática é muito importante uma vez que se relaciona diretamente com as interações entre frequentadores de espaços em que há uma estrutura organizada de gerenciamento. Esta deve promover eficiência e eficácia ao longo das dinâmicas trabalhistas garantindo bem estar social, saúde ocupacional e motivação aos colaboradores independentemente de questões de gênero. Essa preocupação faz parte do tema da pesquisa “O assédio moral em uma instituição federal de ensino: o caso UFOP” desenvolvida pelo mestre em Administração Ely Felix Ventura em 2015 e demonstra a pertinência do assunto na contemporaneidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento da pesquisa, é necessária a análise de conceitos, de legislações e contextos históricos que norteiam o desenvolvimento do problema de estudo: violência de gênero, Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), Lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), Lei 9.099/1995 e políticas institucionais de proteção e combate à violência de gênero em ambientes universitários.

2.1 Violência de Gênero

Para o estudo de violência de gênero, é necessária a identificação do conceito de gênero considerado na pesquisa. O conceito foi trabalhado para além dos binarismos simplistas. Compreendeu-se gênero como uma dinâmica cultura, política e de poder. Desse modo, o conceito não pode ser apreendido como uma naturalidade determinada, exclusivamente, pelo caráter biológico, trata-se de uma construção social que se associa às relações de poder vigentes na sociedade. Segundo Beauvoir (2009, p. 9), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Saffioti (2004, p.45) corrobora a linha de pensamento e ressalta que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” e essa construção se relaciona ao olhar do “um” em relação ao “outro”, ao diferente. A dinâmica propicia o desenvolvimento de representações, de valores e de tratativas sociais.

Segundo Santos e Izumino (2005) e Gomes (2003), a violência de gênero começou a ser abordada na década de 1980, quando os estudos feministas se empenharam para que a temática fosse debatida e pudessem haver perspectivas de combate contra este tipo de agressão.

A violência de gênero encontra-se enraizada nos modos de organização cultural das sociedades, sendo observada em países ocidentais e orientais. Segundo Granja e Medrado (2009) o processo de socialização dos conceitos de gênero fortaleceu ocorrências de violências ao apresentar a violência de gênero contra a mulher como justificada pelos costumes sociais, principalmente na perspectiva do homem. Essa associação se desenvolve no regime patriarcal que orienta grande parte da sociedade e se caracteriza principalmente pelo exercício da força física de coerção.

A violência contra as mulheres não é algo novo, existe desde a antiguidade, e por muito tempo a violência contra as mulheres foi socialmente aceita, acarretando a tolerância atual ao fenômeno. Durante décadas a violência de gênero não foi considerada no Brasil. Dessa forma, quando o marido matava a esposa tendo como

justificativa uma suposta traição da mesma, ele não era punido. (LIRA; BARROS, 2015, p. 278)

Nessa conjuntura, o homem mantém uma relação com a mulher onde ele ocupa o papel de juiz. Desse modo, acredita estar autorizado a praticar o que Saffioti (2001) chama de uma “prática privada da justiça”, que pode desencadear a ocorrência de crime. O autor considera a situação contraditória, mas apresenta a perspectiva de MacKinnon (1989), segundo a qual não há uma incongruência, uma vez que os homens interpretam a violência praticada contra mulher como algo justificado que somente se torna passível de legislações penais quando entra no âmbito de excessos. Um exemplo seria a Lesão Corporal Dolosa (LCD).

Esse tipo de violência se singulariza por exercícios de relação de poder desigual que implicam uma lógica machista (Saffioti, 2001). Em estudos desenvolvidos por Bello-Urrego, (2013); Granja & Medrado (2009) e Lima & Büchele (2011), ressalta-se a percepção acadêmica da violência de gênero como um problema de saúde pública. Os autores destacam a complexidade do problema e a urgência de medidas de combate e prevenção a esse tipo de violência.

A conceituação de gênero corrobora a dificuldade de combater esse tipo de violência. Para o desenvolvimento de soluções para o problema, há necessidade de compreender-se como o gênero se constituiu historicamente. A constituição do sujeito é um processo dinâmico e características dos gêneros masculino e feminino formam as personalidades não de modo puro, mas através do diálogo. Mulheres e homens apresentam traços identitários e subjetivos do gênero oposto na construção dos seus “eus” e isso acontece de forma processual, diferenciando-se do âmbito do sexo que se associa aos aspectos físicos (BENEDUCE, 2007).

Essa complexidade se desenvolve nas relações de gênero que constituem todas as ações humanas e há que se considerar que se baseia nas expectativas sociais que se refletem nos aspectos do comportamento (MARODIN, 1997). Desse modo, Scott (1995) enfatiza que o conceito de gênero não se limita a oposição física entre masculino e feminino e implica construções primárias de significados quanto às relações de poder. Nesse âmbito, Alambert (1986) ressalta o caráter de naturalização como uma das principais barreiras para coibir esse tipo de agressão:

O domínio do homem e a subordinação da mulher não se baseiam, portanto unicamente em diferenças biológicas, mas se estabelecem através de relação sociais, e é através dessas relações sociais que a diferença biológica aparece como diferença humana. Esta configuração social da diferença e da contradição homem/mulher adquiriu uma relativa autonomia, e se reproduziu durante tanto tempo em circunstâncias tão diversas, que aparece como um dado “natural” (p. 119).

Um dos primeiros passos para o combate a violência de gênero é compreendê-las em suas características específicas. Schmitt (2016), diferencia os tipos de violência de gênero em 7 categorias:

- Violência intrafamiliar: de âmbito doméstico ou não compreende ações ou omissões que comprometam a integridade física e psicológica, a liberdade e o direito de desenvolvimento de um dos membros da família por outro integrante da relação, que não se limita aos atributos de consanguinidade.
- Violência doméstica: inclui integrantes do ambiente familiar que não desempenham função parental como empregados e agregados. Acontece no âmbito privado da casa sendo praticada por um dos membros da família em relação à vítima. Podem se caracterizar por abuso físico, psicológico, sexual, mas também por negligência e abandono.
Violência física: compreende empurrões, socos, lesões por arma ou objetos, abandono em lugares desconhecidos, amarrar, tirar de casa a força, entre outros. Pode ser resumida na tentativa ou na prática de dano ou no uso de força física contra uma pessoa que mantém relação de poder desigual em relação à outra. Inclui as lesões causadas por armas de diversos tipos.
- Violência sexual: refere-se aos diferentes atos ou tentativas de relação sexual não concedidas pelas mulheres sobre coação fisicamente forçadas, independentemente da natureza do relacionamento mantido entre as partes. Estupros, abusos, assédios e explorações sexuais, aborto forçado, mutilação genital feminina, exames obrigatórios de virgindade são alguns dos exemplos.
- Violência psicológica: ação ou omissão que visa o dano à identidade, ao desenvolvimento e à autoestima da pessoa. Alguns exemplos são: ridicularização, insultos, chantagem, confinamento doméstico e omissão.
- Violência econômica ou financeira: compreende as ações com fins destrutivos ou as omissões deliberadas do agressor que atingem a saúde emocional e a sobrevivência dos integrantes da família. Não pagamento de pensão, roubo, dano ao patrimônio, apropriação de recursos econômicos da pessoa são alguns exemplos.
- Violência institucional: ação ou omissão praticada pelos serviços públicos ou no ambiente que os compõem. Segundo Schmitt (2016, p.16), “abrange abusos cometidos

em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional”. Pode ser observada em situações de violação dos direitos reprodutivos, discriminação e maus tratos praticados por profissionais contra usuários dos serviços.

2.1 Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio

A Lei Maria da Penha foi criada para atender de modo mais efetivo as vítimas de violência contra a mulher. No período anterior a 2006, ano de criação da lei, os crimes de violência de gênero eram julgados sob a Lei nº 9.099/95 (BRASIL, 1995). Entretanto, a legislação de 1995 apresentava falhas restringindo o seu processo de punição ao pagamento de cestas básicas e a privação de liberdade dos agressores de três meses a um ano.

A Lei Maria da Penha desenvolveu-se como uma perspectiva para melhoria do atendimento as vítimas. O nome popular da lei faz referência à farmacêutica maranhense Maria da Penha Fernandes que sofreu violência física e psicológica durante todo o período em que esteve casada com o professor universitário colombiano Marco Antonio Heredia Viveiros. Em 1983, ocorreu a primeira tentativa de homicídio direcionada a vítima: ela foi alvejada por um tiro enquanto dormia e ficou paraplégica em consequência do ferimento.

O segundo atentado contra a vida de Maria da Penha aconteceu duas semanas após ela ter recebido alta do hospital em que fez a recuperação do ferimento a bala. A vítima foi internada em maio de 1983 e permaneceu no ambiente hospitalar até outubro do mesmo ano. Marco Antonio tentou eletrocutá-la e somente após esse episódio a farmacêutica recebeu autorização judicial para abandonar o lar.

Entretanto, 15 anos depois, em 1998, o Estado brasileiro ainda não havia tomado nenhuma decisão efetiva o que levou a cearense a denunciar o Brasil juntamente ao Centro de Justiça, ao Direito Internacional (CEJIL) e ao Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) a Comissão Internacional de Direitos Humanos. Denunciando assim, a tolerância do Estado por não ter tomado nenhuma decisão efetiva durante todo esse tempo para punir o agressor, Além disso, houve violação dos artigos 1(1) (Obrigação de respeitar os direitos); 8 (Garantias judiciais); 24 (Igualdade perante a lei) e 25 (Proteção judicial) da Convenção Americana, dos artigos II e XVIII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (doravante denominada “a Declaração”), bem como dos artigos 3, 4, a, b, c, d, e, f, g, 5 e 7 da Convenção de Belém do Pará. Importa frisar que, à época, o Brasil não respondeu à denúncia perante a Comissão (AQUINO, 2016).

Após a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi criada pelo Congresso Nacional a Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) a partir da recomendação do órgão internacional com o objetivo de prevenir e punir a violência doméstica. A lei foi intitulada Maria da Penha em homenagem ao histórico de luta da farmacêutica em prol de seus direitos. A lei traz em sua ementa o objetivo da promulgação:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006).

O art 7º da Lei Maria da Penha detalha os 5 tipos de violência: física no inciso I, psicológica no inciso II, sexual no inciso III, patrimonial no inciso IV e contra a honra no inciso V. Para combater a esses tipos de violência, observa-se que no artigo 3º da lei ressalta a obrigatoriedade do poder público desenvolver políticas que garantam os direitos humanos das mulheres nos âmbitos familiares sendo importantes as contribuições da família e da sociedade para o efetivo exercício desses direitos.

Na Lei, a que se destacar o art 11º que assegura a mulher em situação de risco: proteção policial em conjunto com o Ministério Público e Poder Judiciário; atendimento hospitalar; transporte e abrigo em local seguro diante de situações de risco de vida; proteção para retirada de pertences do domicílio familiar; informação de seus direitos em consequência da situação em que se encontra.

O art 21º garante que a ofendida será notificada dos atos processuais relacionados ao agressor, principalmente quanto aos dados de saída da prisão.

O art 22º atesta sobre as medidas punitivas que recaem sobre os agressores exigindo a suspensão da posse do porte de armas; afastamento do local de convivência com a ofendida; proibição de condutas como aproximação da vítima, de seus familiares e testemunhas, fixando o limite de distância entre as partes; proibição de contato ou qualquer tipo de comunicação entre as partes; suspensão ou restrição de visitas aos dependentes menores e exige a prestação de alimentos provisionais ou provisórios. O parágrafo primeiro do art 22º assegura que outras medidas da legislação em vigor podem ser acionadas em circunstâncias em que a mulher se encontre de violência.

Em contraposição a Lei nº 9099/95 (BRASIL, 1995), a Lei Maria da Penha apresenta:

A possibilidade do Juiz decretar prisão preventiva e também a prisão em flagrante, somado com a vedação da troca de pena por multa ou “doação de cesta básica”, a Lei Maria da Penha traz uma seriedade para os casos que antes não existia, pois se não houvesse essa modificação, a maioria dos episódios de violência doméstica e familiar contra mulher ficaria privada do instrumento coercitivo da prisão preventiva por ausência de sustentação nos motivos elencados no art. 312, Código de Processo Penal, tradicionalmente e nos casos de cabimento arrolados no art. 313, Código de Processo Penal. Já a prisão em flagrante poderá ser relaxada mediante pagamento de fiança (ARAUJO; TEIXEIRA, 2017).

Os autores ressaltam que com essa medida há uma mudança radical uma vez que na Lei anterior não havia uma previsão de uma prisão previa do agressor, mas medidas previas de segurança para afastar vítima e agressor.

A Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio “Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.” (BRASIL, 2015).

A modificação apresentada acima, introduz uma qualificadora ao crime de homicídio o que ocasiona um aumento de pena em virtude do crime acontecer devido a condição de gênero. O feminicídio é um crime inafiançável que já se inicia com o cumprimento de pena em regime fechado.

2.4 Violência de gênero: medidas institucionais em ambientes universitários

Segundo reportagem do Estado de São Paulo de 2016, entre as principais medidas de prevenção e combate à violência de gênero nos campi, encontram-se a criação de comitês, conselhos, ouvidorias, grupo de extensão, voltados para o recebimento de denúncias, o encaminhamento dessas para órgãos competentes, organização de palestras e outras atividades sobre a temática.

A Rede Não Cala USP é um grupo formado por professoras e pesquisadoras da universidade que atuam na prevenção e combate à violência sexual e de gênero nos campi universitários. Criada em 23 de abril de 2015, a Rede desenvolve mecanismo de apuração, punição e proteção às vítimas. Atualmente é composta por 200 mulheres da unidade da USP funcionando de forma independente e autônoma.

As denúncias são encaminhadas para as professoras que compõem a Rede por meio de mensagens de Facebook ou e-mail. Após o primeiro contato é realizada uma conversa com a

vítima, em que essa é acolhida. A denúncia é encaminhada para a Ouvidoria, Procuradoria Geral e Comissão de Direitos Humanos da USP.

Outra organização de auxílio e defesa das mulheres na USP é o USP Mulheres, cuja finalidade é a proposição e implementação de projetos da promoção da igualdade de gênero no ambiente da universidade. O grupo atua em parceria com a Rede Não Cala USP e movimentos de estudantes que se organizam em coletivos feministas. O USP Mulheres atua por meio da estratégia de enfrentamento integral a violência elaborando e promovendo medidas para a prevenção, proteção e assistência das vítimas e exigindo a responsabilização dos envolvidos no acontecimento.

Em março de 2017 a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP em conjunto com a USP Mulheres e a Rede de Professoras e Pesquisadoras pelo Fim da Violência Sexual e de Gênero lançou a cartilha “Violência de Gênero na Universidade - Onde buscar ajuda? Conheça seus direitos”. O material apresenta informação sobre violência de gênero informando os tipos e os modos como essa pode acontecer dentro do ambiente universitário. Também orienta sobre quais procedimentos devem ser realizados diante das ocorrências, informando os contatos para os quais deve-se encaminhar denúncias nos campi uspianos de Butantã, Quadrilátero Saúde/Direito e USP Leste.

A Universidade Federal de Goiás (UFG), oferece disciplinas que abordam sobre a temática do gênero como forma de prevenção e de combate as agressões do tipo. Segundo a professora Tatiana Machiavelli Carmo Souza, coordenadora do Projeto de extensão de Práticas em Educação, Gênero, Sexualidade e Subjetividades (PEGGS/UFG), disciplinas de caráter livres sobre a questão são oferecidas para alunos de todos os cursos. Ela ressalta que além das aulas é necessária a criação de políticas universitárias que previnam a violência e fomentem o enfrentamento da agressão. Em entrevista ao Portal Catarinas realizada em 2018, Souza ressalta a urgência da criação de mecanismos: “mais claros que punam qualquer tipo de assédio, seja moral ou sexual. E também de serviços de acolhimento e apoio, articulados com a rede municipal como a Delegacia da Mulher, o Centro de triagem de DSTs, o CRAS”.

A Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EAESP) oferece a disciplina “Questões de Gênero nas Organizações” abordando os problemas de violência em distintos ambientes, sejam públicos, privados, de ensino e empresariais. O objetivo é:

introduzir a temática na graduação, por meio da discussão de pesquisas acadêmicas e da realização de palestras com profissionais e especialistas na área. Trata-se de uma

iniciativa pioneira em escolas de gestão brasileira, que convida futuras/os gestoras/es públicos e privados a desenvolverem soluções inovadoras para as questões de gênero nas organizações (DINIZ, s/d)

Práticas desse tipo apresentam as organizações como ambientes de desconstrução de problemáticas que originam-se fora dos locais de trabalho e de estudo. Nesse processo, os gestores são provocados a pensar políticas organizacionais que intrinsecamente devem combater aspectos de planos que englobam realidades mais amplas do que a permitidas pela jornada de trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 Corpus analítico

O objeto empírico de pesquisa escolhido para a análise das medidas de prevenção e combate à violência de gênero é constituído pela Universidade Federal de Ouro Preto, sendo o modo para investigação elaborado através do site oficial da instituição e do site do Encontro de Saberes. Ambos são espaços de divulgação oficial de conteúdos que implicam o posicionamento oficial da Universidade possibilitando acesso amplo às ações promovidas.

Segundo o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI) da universidade, o site da instituição foi criado em 1997. Em 2016, houve uma mudança da plataforma do site com a migração dos conteúdos publicados do período entre 2008 a data de migração. Atualmente, a versão de 2016 do site permanece em funcionamento.

No período entre 1997 a 2016, o site apresentou diferentes versões. Utilizando o site *Internet Archive:Wayback Machine* (<https://archive.org/web/>) é possível ter acesso às versões do site do período de 2007 ao ano de sua criação. Por meio desse recurso, pode-se observar o *layout* das versões anteriores, assim como a home e as seções. Entretanto, ao clicar-se nas chamadas de notícias em destaque, por exemplo, não há o carregamento das informações. O mesmo processo acontece ao buscar-se algum termo ou palavra chave.

A partir dessas considerações definiu-se o recorte do primeiro objeto em análise, período entre 2008 e o primeiro semestre de 2018. O site do Encontro de Saberes constitui-se como segundo objetivo de estudo, registrando todos os resultados encontrados nas buscas.

3.2 Pesquisa Documental

No presente estudo, adotou-se a pesquisa documental como metodologia de análise para o objeto. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p.157), a pesquisa documental se caracteriza por apresentar uma fonte de coleta de dados “está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

É importante ressaltar que as fontes primárias são constituídas por documentos que não foram abordados através de métodos e tratamentos científicos. Oliveira (2007) menciona os relatórios executivos, fotografias, reportagens de jornais e revistas, materiais de divulgação, gravações e cartas como alguns exemplos do gênero.

Nesse tipo de análise, os documentos podem se classificar como “escritos” e “outros”, segundo Marconi e Lakatos (2010). O objeto em estudo classifica-se como pertencente a categoria escritos, subclassificando-se como documento oficial uma vez que encontra-se publicado em sites oficiais da Universidade manifestando um posicionamento da instituição. De acordo com os autores, esse tipo de documento qualificasse como uma fonte fidedigna de dados, havendo um cuidado no processo de tratamento dos materiais. “Assim, deve não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para torna-lo utilizável” (2010, p. 161).

Considerando a temática da pesquisa, a metodologia escolhida apresenta vantagens a partir da perspectiva de Gil (2009): possibilita o conhecimento do passado, a investigação dos processos de mudança social e cultural, a obtenção de dados com menor custo e sem o constrangimento dos sujeitos. No âmbito do presente estudo o último aspecto ressaltado pelo autor é essencial para o desenvolvimento do trabalho.

3.3 Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento da metodologia analítica, inicialmente foram estabelecidas as palavras chaves que constituíram expressões utilizados para buscar informações, nos sites da UFOP e do Encontro de Saberes, relacionadas às políticas de combate à violência de gênero no ambiente universitário. “Violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “medidas sobre violência contra a mulher”, “Lei Maria da Penha” e “feminicídio” foram definidas como termos para busca.

Foi realizada a identificação dos resultados com computação em tabelas indicando as ocorrências para classificação, informações que se repetem dentro da busca, dados que se repetem em buscas por expressões anteriores e falsos indicadores. As ocorrências para classificação são constituídas por conteúdos que abordam medidas institucionais de prevenção e combate à violência de gênero. Observou-se a presença de resultados que se repetiam dentro de uma única busca, assim como conteúdos vinculados a mais de uma expressão de busca. Os falsos indicadores são conteúdos que aparecem na busca inicial dos termos, entretanto não abordam a temática do problema de pesquisa; não se enquadram como ações oficiais da Universidade ou conduzem ao redirecionamento para páginas não mais disponíveis no sistema online.

Para o desenvolvimento do estudo dos resultados encontrados, foram definidas quatro classes relacionadas a natureza das medidas: administrativas, pesquisas, extensão e ensino. A partir desse processo, os resultados foram apresentados em ordem cronológica dentro das classificações em que se enquadram. Nessa etapa, detalhou-se o conteúdo dos resultados da busca.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Foram realizadas buscas no atual site da UFOP e no site do Encontro de Saberes a partir das palavras chaves “violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “medidas sobre a violência contra a mulher”, “Lei Maria da Penha” e “feminicídio”. No primeiro, todas as buscas das expressões foram feitas no dia 29/09/2018, entre às 14:00 e às 18:00, sendo o último acesso ao material no dia 06/10/2018. No segundo, a pesquisa pelos termos chaves foi realizada no dia 04/11/2018 entre às 15:00 e às 17:00. No desenvolvimento da pesquisa, observou-se a necessidade de incluir o site do Encontro de Saberes ao objeto de análise, uma vez que este apresenta dados sobre pesquisas e trabalhos de extensão desenvolvidos no âmbito da Universidade.

4.1 Descrição dos resultados da pesquisa

4.1.1 Buscas no site da UFOP

Ao pesquisar-se “violência contra a mulher”, foram obtidos 46 resultados. Sendo 26 ocorrências que foram classificadas, 14 falsos indicadores e 17 ocorrências que se repetem dentro da busca.

Buscando-se “violência de gênero”, foram obtidos 49 resultados. Sendo 4 ocorrências que serão classificadas, 10 ocorrências que foram mencionadas, 16 falsos indicadores e 19 que se repetem dentro da busca.

Ao procurar-se “medidas sobre a violência contra mulher” foram obtidos 7 resultados. Sendo 1 ocorrência que será classificada, 4 ocorrências que foram mencionadas, 1 falso indicador e uma ocorrência que se repete dentro da busca.

Ao pesquisar-se “Lei Maria da Penha”, foram obtidos 7 resultados. Sendo 1 ocorrência que será classificada, 4 ocorrências que foram mencionadas e 2 ocorrências que se repetem dentro da busca.

Na busca pela última palavra chave “feminicídio”, foram obtidos 5 resultados. Sendo 2 ocorrências que foram mencionadas, 2 falsos indicadores e 1 ocorrência que se repete dentro da busca.²

² Ver tabelas do apêndice B

4.1.2 Buscas no site do Encontro dos Saberes

Ao buscar-se “violência contra a mulher”, foram obtidos 6 resultados. Sendo já encontrado no site da UFOP e 5 falsos indicadores, uma vez que se referem a pesquisas realizadas por estudantes de outras universidades.

Pesquisando-se “violência de gênero”, foram obtidos 3 resultados, sendo 1 ocorrência que será classificada e 2 falsos indicadores.

A expressão “medidas sobre a violência contra mulher” também foi utilizada na busca, mas não houve resultado.

Na busca por “Lei Maria da Penha”, foram obtidos 3 resultados que serão classificados.

Ao pesquisar-se “feminicídio” foi encontrado um resultado que se repete na busca. Este será classificado.³

Os resultados são produtos das buscas pelas expressões na seção “Anais” do site Encontro de Saberes. Nessa, há a seguinte divisão: Seminário de Iniciação Científica (SEIC), Seminário de Extensão (SEXT), Mostra Pró-Ativa, Mostra Pós-Graduação, Mostra PIBID e Mostra Monitoria. Houve dados para computação nas duas primeiras categorias.

4.2 Definição das classes

Após a realização dessa primeira etapa analítica da pesquisa, foram definidas 4 classes que compreendem as medidas e ações desenvolvidas para o tratamento da violência de gênero nos campi universitários. A primeira classe é Administrativa. Ela abrange portarias, normas, comunicados, boletins e procedimentos administrativos, assim como a constituição de comitês. Trata-se de uma categoria que se relaciona às orientações e as regras quanto aos procedimentos a serem realizados e respeitados na Universidade. A classe de Pesquisa compreende estudos cujo tema relaciona-se direta e indiretamente a violência de gênero no âmbito universitário. A terceira classe é a Extensão. Nela encontram-se trabalhos realizados dentro ou fora da universidade, como roda de conversa. O Ensino é a quarta classe, englobando as disciplinas sobre o tema.

As três últimas classes apresentam significativo investimento de caráter teórico com aplicabilidade prática. A primeira classe constitui-se de pragmáticas relacionadas ao combate

³ Ver tabelas do apêndice C

desse tipo de violência. Há que se considerar que as classes encontram-se dentro do conjunto de ações que se enquadram no problema de pesquisa, de modo que são atos oficiais e institucionais da Universidade. Durante a análise das ações, observou-se a importância dos coletivos no tratamento da violência de gênero. Entretanto, essas organizações não se encaixam na problemática da pesquisa, uma vez que se classificam como procedimentos não oficiais, autônomos e independentes da Universidade. Compreendendo a pertinência dos coletivos, acredita-se que para uma abordagem adequada desses movimentos seria necessária uma pesquisa que os analisassem de modo específico.

4.2.1 Classe administrativa

Considerando-se todas as palavras-chave as medidas administrativas são abordadas nessa terceira etapa de análise da pesquisa. No primeiro resultado obtido nas buscas, “Relatório de Gestão do Exercício de 2013” (10/11/2013), a relação com o problema de estudo encontra-se na referência ao “Projeto Atenção à Mulher Estudante” desenvolvida pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE). O objetivo é promover saúde física, mental e emocional aos estudantes na comunidade acadêmica.

O segundo resultado “Reportagem da Rádio UFOP Educativa aborda o Direito da Mulher” (22/08/2014), classifica-se como administrativo, uma vez que se trata de um comunicado oficial da instituição que fornece o link para a reportagem realizada por Aleone Rodrigues.

“Manifestação do Conselho Universitário à Comunidade da UFOP” (28/08/2014) foi o terceiro resultado das buscas a se classificar como administrativo. O texto apresenta as medidas institucionais da Universidade que tenham finalidade de garantir a segurança e o bem-estar social dos estudantes durante a realização dos cursos. Nesse contexto, destacam-se o Conselho Universitário (CUNI) e o Comitê de Mediação e Humanização das Relações de Trabalho (COMHUR), como organizações que contribuem para o apoio aos alunos. Ambos realizam a intermediação entre os integrantes da comunidade acadêmica e trabalham no combate aos diferentes tipos de violência, incluindo a desigualdade e violência de gênero, atuando na formação de alunos, professores e técnicos para prevenção de situações de assédio e agressão.

O quarto resultado, “Professor discute a permanência cultural da violência contra a mulher na sociedade” (03/03/2015), relaciona-se a construção de comunicados e boletins com a participação de professores da instituição de ensino. Os conteúdos são disponibilizados para

a imprensa, constituindo-se como posicionamento oficiais da universidade de modo que pertencem a classe administrativa. Segundo a reportagem:

O professor do Departamento de Educação (DEEDU) da UFOP, Marco Antônio Torres, faz um resgate histórico do problema [assassinatos por questões de gênero] e apresenta maneiras de romper com esses paradigmas e chegar a uma sociedade pautada pela igualdade entre homens e mulheres (UFOP, 2015).

A “NOTA DE REPÚDIO CONTRA O OCORRIDO EM REPÚBLICA DA UFOP” (23/02/2016) é o quinto resultado da pesquisa⁴. Nesta, a instituição informa o seu posicionamento em relação aos atos de violência cometidos em moradia estudantil. Em virtude da gravidade da situação, reproduz-se por meio de imagem o comunicado da universidade:

Figura 1: Captura de tela referente a nota de repudio. **Fonte:** <https://ufop.br/>

NOTA DE REPÚDIO CONTRA O OCORRIDO EM REPÚBLICA DA UFOP

Compartilhe   

**VIOLÊNCIA, NÃO!
NOTA DA REITORIA**

Criado por **Chico Daher** em ter, 23/02/2016 - 19:15 | Editado por **Patrícia Pereira** há 2 anos.

Em virtude dos atos de violência cometidos contra três alunas da UFOP, em uma de suas repúblicas, no último fim de semana, a Reitoria - ressaltando que a pessoa apontada como autora das agressões não possui vínculo atualmente com a Instituição, e que o caso está sendo investigado pela Polícia Civil - presta os seguintes esclarecimentos:

- 1 - A UFOP repudia qualquer ato de violência, em qualquer instância, local e circunstâncias;
- 2 - A conduta discriminatória de gênero é, no mínimo, reprovável moralmente. Enquanto a sociedade tratar o assunto como brincadeira, e a mulher como objeto, teremos de conviver com assédio e violência, **o que não podemos tolerar;**
- 3 - A agressão é um ato criminoso e, enquanto tal deve ser apurado com todo o **rigor necessário;**
- 4 - A UFOP, por meio de suas equipes especializadas, está dando toda a **assistência às vítimas;**
- 5 - A Administração irá instaurar imediatamente uma **sindicância** para apuração, no âmbito da instituição, de todo o ocorrido;

Reiterando o repúdio à violência, em especial contra a mulher, e se solidarizando com as vítimas, a Administração Superior chama a atenção para que a comunidade acadêmica se mobilize para evitar distorções dessa natureza, não tendo dúvidas em denunciar aos canais competentes quaisquer desvios que possam desencadear-las.

Marcene Jamílson Freitas Souza - Reitor
Célia Maria Fernandes Nunes - Vice-reitora

Envie sua notícia

Editorias

- Administração
- Assistência Estudantil
- Campi
- Capacitação
- Comunicação
- Comunidade
- Concursos
- Empreendedorismo
- Encontro de Saberes
- Ensino Esporte e Lazer
- Extensão e Cultura
- Festival de Inverno
- Fique atento
- Fórum das Letras
- Graduação
- Institucional
- Internacionalização
- Nota de Falecimento
- Oportunidade
- Oportunidades
- Pequisas e Inovação
- Pesquisa e Inovação
- Pesquisa e pós-graduação
- Processo Seletivo
- Pós-Graduação
- Reitoria
- Saúde e bem-estar
- Sindicatos
- SISU

Veja também

O sexto resultado, “Fórum de Empoderamento da Mulher e Combate à Misoginia” (07/03/2016), convida a comunidade acadêmica para participar do evento, cujo objetivo é

⁴ Disponível em: <https://ufop.br/noticias/reitoria/nota-de-repudio-contra-o-ocorrido-em-republica-da-ufop>. Último acesso em 30 out de 2018.

promover o debate sobre a temática que nomeia o fórum. No âmbito de comemoração do dia da mulher, há o sétimo resultado: “Dia da Mulher na UFOP é marcado com intervenções e debates” (09/03/2016), que informa sobre um evento realizado pela Universidade. Ações de conscientização e sensibilização sobre a desigualdade de gênero foram desenvolvidas e houve a abertura do Fórum mencionado. De acordo com a matéria, o objetivo das atividades é “estimular a discussão sobre as questões de inferiorização e violência relacionadas ao gênero no ambiente acadêmico”.

“Neabi debate violência contra a mulher - V Ciclo de Conferências” (07/06/2016) é o oitavo resultado. A nota anuncia a participação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) na III Conferência do V Ciclo de Conferências, com discussão sobre violência contra as mulheres a partir da perspectiva interseccionada que envolve gênero, raça e classe.

O nono resultado, “CONFIRA PROGRAMAÇÃO COMPLETA: 10/11 - QUINTA-FEIRA” (10/11/2016), informa sobre a exibição do documentário “Novas Severinas”, de Eliza Capai no Cineclubes Futura na programação do Fórum das Letras. A produção de 2013 aborda como o programa Bolsa Família modificou os lugares de fala e os papéis da mulher na organização familiar no interior do Piauí⁵.

“UFOP Conhecimento aborda os estudos sobre o comportamento feminino aliado a ações performáticas” (20/12/2016) é o décimo resultado. Semelhante ao terceiro, trata-se de conteúdo relacionado a ações de combate a violência de gênero que entram em pauta na iniciativa institucional da Universidade. Nesse caso, a professora Nina Caetano, no Núcleo de Investigações Feministas (Ninfeias), desenvolve projetos em que observa o feminino através de performances que contribuem para a prevenção e combate da violência e assédio contra a mulher.

O décimo primeiro resultado, “UFOP Conhecimento analisa o papel do feminismo na educação” (27/01/2017), também faz parte do “UFOP Conhecimento” e apresenta informações que relacionam a educação das crianças com a manutenção de papéis sexistas. Segundo Nina Caetano, “a gente precisa pensar o modo como as crianças têm sido educadas e que tipos de práticas se repetem na escola. Práticas sexistas bobas, competições entre meninos e meninas, separando tudo”. A reflexão apresentada é muito importante para a mudança do modo como o gênero feminino é percebido na sociedade.

⁵ Para mais informações ver: Severinas: as novas mulheres do sertão. 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/08/severinas-novas-mulheres-sertao/>. Último acesso em 30 out de 2018

“Toda Forma de Agressão é violência é tema de campanha da TV UFOP” (08/03/2017) é o décimo segundo resultado. O comunicado informa sobre o lançamento de um vídeo da campanha “Toda Forma” realizada pela Universidade Federal de Ouro Preto, TV UFOP e Rádio UFOP Educativa. O vídeo disponibilizado por meio do comunicado é específico sobre a violência de gênero ressaltando: “toda forma de agressão contra mulher é violência”.

O décimo terceiro resultado, “Rádio UFOP lança série sobre violência contra a mulher” (08/03/2017), é um comunicado sobre a série radiofônica “MULHERES, caminhos, lutas e desafios”. Produzida pela Rádio UFOP, promove o pensamento sobre situações de violência de gênero.

“VI Semana de Integração recebe calouros em Mariana” (05/05/2017) é o décimo quarto resultado que comunica sobre o evento e apresenta a importância da discussão sobre a violência contra a mulher em uma das mesas a partir da fala de uma das alunas participantes.

O décimo quinto resultado, “Em cartaz neste carnaval, a proteção e o respeito” (07/02/2018), é uma campanha promovida pela Universidade. Intitulada “Em cartaz neste carnaval, RESPEITO à mulher”, a iniciativa visa combater agressões, assédios e diversos tipos de violência de gênero durante as festividades do mês de fevereiro.

“Oficina de escrita criativa para mulheres será ministrada na Assufop” (04/03/2018) é o décimo sexto resultado que classifica-se como medida administrativa, uma vez que a “Oficina de Escrita Criativa para Mulheres: Expressão e Empoderamento” foi promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFOP (Assufop) e pela Associação dos Docentes da UFOP (Adufop), em parceria com o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e com o Comitê Central de Mobilização da Região dos Inconfidentes. Trata-se de um comunicado que informa sobre o evento convidando as pessoas para participarem. O foco do evento é desconstruir narrativas que apresentem riscos a autonomia das participantes ao pensar-se a construção do eu feminino.

O décimo sétimo resultado, “Carta de protesto Departamento de História” (14/03/2018), refere-se a morte da vereadora Marielle Franco. O documento apresenta o posicionamento oficial de um dos departamentos da Universidade sobre o ocorrido ressaltando a gravidade do acontecimento:

A violência do ato em si é tão brutal quanto o simbolismo envolvido. A execução sumária de uma mulher negra, nascida e criada na Comunidade da Maré, graduada em Ciências Sociais pela PUC-Rio e eleita vereadora, cuja luta em prol dos Direitos Humanos se destacava entre suas principais bandeiras, torna esse tenebroso evento ainda mais doloroso.

Quadro 1 – Medias Administrativas

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Projeto	1
Comunicação	9
Conselhos e comitês	1
Eventos	6
TOTAL	17

FONTE: Elaborado pelo autor

4.2.2 Classe de pesquisa

O primeiro resultado é a pesquisa de Iniciação Científica “Violência de Gênero no Jornal Popular Super Notícia” (2012). Desenvolvida por Gerliani De Oliveira Mendes e orientada pela professora Margareth Diniz. O estudo foi realizado no Jornal Popular Super Notícia (Belo Horizonte) no período entre janeiro e março de 2012. A temática de mulheres em situação de violência foi analisada em 149 casos noticiados a partir do contexto da Lei Maria da Penha. As autoras utilizaram conceitos da Psicologia, Comunicação e Sociologia para compreender a representação de gênero na abordagem sobre a violência contra mulher.

O segundo resultado é um desdobramento do anterior. “Mulheres que usaram a Lei Maria da Penha analisam notícias de violência doméstica” (2013) apresenta opinião das mulheres vítimas de violência sobre notícias publicadas no jornal referido que abordam violência de gênero. Segundo as autoras, as considerações das mulheres acerca do conteúdo jornalístico “explicitam a força dessas notícias na experiência daquelas leitoras que sofrem violência bem como dos homens agressores e abre um caminho na discussão da repercussão de notícias de violência de gênero na vida das mulheres de um modo geral”.

“Relatório de Gestão do Exercício de 2013” (10/11/2013) é o terceiro resultado a classificar-se no âmbito de pesquisa. A relação com a temática do trabalho encontra-se na referência ao projeto: “Diversidade e Violência de Gênero no Brasil: Desafios para a Construção de Um Estado Plurinacional” criado por Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia do Departamento de Direito da UFOP (DEDIR), para edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

“A não efetivação da igualdade constitucional e os desdobramentos da Lei Maria da Penha” (2016) é o quarto resultado. O projeto de Iniciação Científica foi desenvolvido por Amanda Damianne Prata de Oliveira sob orientação do professor do DEDIR Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia. Na pesquisa, ressalta-se o caráter cultural da violência de gênero. De acordo com os autores, o Estado deve intervir, no âmbito legal, através de uma legislação que afirme “a discriminação positiva, como a já citada Lei 11340/2006, ou através de políticas públicas que proporcionem o acesso de todos os cidadãos igualmente aos recursos encontrados na sociedade”.

O quinto resultado, “APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NOS CASOS DE RELACIONAMENTOS ENTRE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNOS DE GÊNERO” (2016), é de autoria de Isabela Cassiano orientada pela professora do DEDIR Iara Antunes de Souza. O trabalho de Iniciação Científica aborda a abrangência da Lei Maria da Penha para os indivíduos transexuais femininos. Na pesquisa conclui-se a inevitabilidade da aplicação do caráter protetivo da lei aos sujeitos que se enquadram na condição anteriormente referida.

“Núcleo de Estudos da EDTM debate violência na Universidade e na comunidade” (06/03/2017) é o sexto resultado. A notícia apresenta informações sobre o Núcleo de Estudos em Diversidade, Gênero e Sociedade (NEDGS). Vinculado ao Departamento de Direito, Turismo e Museologia (EDTM), o grupo foi criado em 2014 e realiza reuniões semanais para construção de um ambiente universitário mais inclusivo. Segundo Michelly Marins, então coordenadora discente do projeto “este ano, o núcleo pretende focar nos debates sobre as formas de acabar com a violência contra a mulher no ambiente universitário, incluindo as repúblicas estudantis”.

O sétimo resultado, “Exibição do filme “O sorriso de Monalisa” (07/12/2017), é um evento promovido pelo NEDGS. O filme aborda questões de gênero na década de 50 nos Estados Unidos apresentando situações relacionadas ao conservadorismo a partir de perspectivas de conflito.

“ACERCA DA LEI 13.104/15 E A TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO COMO FIGURA QUALIFICADA DE HOMICÍDIO: um estudo sobre o Direito Penal Simbólico e o Discurso Político de Criminalização” (2017) é o oitavo resultado. É desenvolvido por Laura de Junqueira Tasca Rocha orientado pelos professores do DEDIR André de Abreu Costa e Isabella Silva Matosinhos. Segundo os autores, observa-se que, na Lei, há “a prevalência do sentido simbólico em detrimento dos efeitos práticos e eficazes que caberiam à legislação penal”

Quadro 2 – Medidas de Pesquisa

MEDIDAS DE PESQUISA	QUANTIDADE
Pesquisas de Iniciação Científica	5
Pesquisa FAPEMIG	1
Grupo de Estudo	2
TOTAL	8

FONTE: Elaborado pelo autor

4.2.3 Classe de extensão

O resultado “ufop pró-reitoria de extensão” (05/06/2017) é o primeiro da classe de extensão. Ao acessar-se o link fornecido no site da Universidade, há o direcionamento para o arquivo que apresenta os projetos de extensão aprovados pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) na data acima referida. “Ações de enfrentamento à violência contra a mulher na Região dos Inconfidentes” é um dos projetos aprovados no documento. Segundo a autora do projeto Elaine Leandro Machado, professora da Escola de Medicina (Emed), o objetivo é:

Descrever o cenário da violência contra a mulher em Ouro Preto, Mariana e região para promover maior consciência pública do problema e articular uma rede de proteção para as mulheres envolvendo comunidade acadêmica e serviços locais, a partir de uma perspectiva multiprofissional e intersetorial.

Machado também é idealizadora da Rede de atenção às mulheres na região dos Inconfidentes (RAMui) e atua com o Programa Âmbar – Desafio e ações em saúde da mulher.

Observando-se o reduzido número de resultados indicando ações classificadas como de extensão, ampliou-se a busca para o site “Dados UFOP”, que também possibilita o acesso aos projetos de extensão desenvolvidos na Universidade. Foram encontrados dois resultados. O primeiro, “Ações educativas para promoção da saúde da mulher e da criança na região de Ouro Preto e Mariana” (2017), refere-se a produção de material educativo, principalmente por meio de cartilhas, para informar a comunidade ouro-pretana e marianense sobre violência contra mulher e crianças, uso de medicamentos, sexualidade e higiene.

“Ouvidoria Feminina: Athenas” (2018) é o segundo resultado. Segundo informações do site da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (PROEX/UFOP) o objetivo da iniciativa é

Atender as demandas específicas trazidas até o Núcleo de Direitos Humanos da UFOP, em que se relatam a violência à mulher, seja dentro das unidades e dos departamentos da UFOP, bem como nas repúblicas federais e particulares das cidades de Ouro Preto e Mariana, examinando, relatando, apresentando sugestões, prestando atendimento jurídico e auxiliando na apresentação de notícia-crime, na orientação sobre eventuais ocorrências e na orientação acerca de eventual representação no âmbito criminal.

Quadro 3 – Medidas de Extensão

MEDIDA DE EXTENÇÃO	QUANTIDADE
Projetos da PROEX	2
Ouvidoria NDH - Núcleo de Direitos Humanos da UFOP	1
TOTAL	3

FONTE: Elaborado pelo autor

4.2.4 Classe de ensino

Ao buscar-se, nos dois sites, “violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “medidas sobre violência contra a mulher”, “Lei Maria da Penha” e “feminicídio”, não houve resultados que pudessem ser classificados como de ensino.

Em contrapartida, na Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), há oferta de disciplinas que se relacionam diretamente a violência de gênero em ambientes universitários.

A Fundação Getúlio Vargas apresenta ainda, projetos que percebem a violência de gênero para além das limitações organizacionais buscando perspectivas de tratamento a partir da origem cultural e social do problema. Essa abordagem pode ser construída como um modo para aumentar a eficiência da legislação que atua sobre crimes de violência contra a mulher, Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio, uma vez que possibilita uma abrangência maior ao não se restringir a ações pontuais, mas considerar a questão a partir dos aspectos sociais, culturais e políticos.

Essa orientação pragmática é encontrada nas universidades em conjunto com uma preocupação em conscientizar e formar sobre a necessidade de combater esse tipo de violência.

Nos campi universitários, entretanto, observa-se que as medidas devem ser desenvolvidas e apresentarem garantias de prestação de contas ao público interno e externo da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da presente pesquisa constitui-se da violência de gênero considerando-se o âmbito universitário. Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas buscas no site da UFOP, do Encontro de Saberes e Dados UFOP para responder a pergunta: Quais os meios institucionais utilizados pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para lidar com questões relativas a violência de gênero? Esse processo foi orientado a partir das palavras chaves “violência contra a mulher”, “violência de gênero”, “medidas sobre a violência contra a mulher”, “Lei Maria da Penha” e “feminicídio” com o objetivo de identificar os meios institucionais que a UFOP, tem utilizado para lidar com as questões de violência contra as mulheres na sua comunidade acadêmica.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e o referencial teórico fundamentou-se nos conceitos de gênero, violência de gênero, legislações (Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio) e medidas institucionais de universidades para combater a violência contra a mulher. O objeto empírico de pesquisa foi a Universidade Federal de Ouro Preto.

Na UFOP, assim como nas outras abordadas, as políticas são desenvolvidas por meio de comitês e conselhos de apoio aos alunos, núcleos de estudos, mostras de filmes, comunicados oficiais de repúdio, campanhas de conscientização, projetos de pesquisa e de extensão que se relacionam a violência de gênero.

Entretanto, essas medidas se caracterizam pelo caráter informativo e de conscientização, atribuindo visibilidade à temática. Observa-se também o desenvolvimento de organizações internas às universidades para o recebimento de denúncias e investigação acerca do ocorrido, como a Ouvidoria Feminina: Athenas. Processos pragmáticos de julgamento e punição dos envolvidos em casos confirmados de violência contra a mulher nos espaços estudados não foram identificados na pesquisa. Essa situação é semelhante a observada em ocorrências que não se limitam ao campo universitário, uma vez que a legislação nacional apresenta limitações que impedem as vítimas de terem uma garantia de segurança, o que pode inibir ou reduzir o número de denúncias.

Outro aspecto a ser destacado ao serem analisadas as medidas oficiais da Universidade, é o caráter temporal, uma vez que as ações se concentram no mês de março em que se celebra

o Dia Mundial da Mulher. Nesse contexto, pode-se verificar uma restrição ao perceber-se que a visibilidade a violência de gênero é datada.

Compreende-se a complexidade no tratamento de situações que envolvem violência de gênero, mas medidas práticas podem ser adotadas por meio de investimento em infraestrutura e capacitação humana que em conjunto com as ações de conscientização propiciem um ambiente seguro para os frequentadores da universidade. Alguns exemplos são: iluminação estratégica nos espaços dos campi universitários; contratação de vigias capacitados para identificação e abordagem em situações desse tipo de violência; manutenção e conservação adequada de elementos da flora característicos dos espaços em que se encontram as universidades; organização e administração de ofertas de disciplinas nos prédios das instituições considerando horários e contingente de alunos em movimento. Durante a pesquisa, não foram observadas nenhuma das medidas citadas anteriormente.

Os exemplos mencionados são semelhantes a Lei nº 16.490, que permite as mulheres descerem fora do ponto de ônibus entre 22 horas e 5 horas da manhã. Tratam-se de ações que indiretamente propiciam ambientes e espaços de movimentação mais seguros às potenciais vítimas.⁶

Ao serem identificadas as medidas e políticas adotadas pela Universidade para combater a violência de gênero, observou-se que a atuação de organizações não oficiais formadas, geralmente, por professores e alunos caracteriza-se pela adoção de políticas práticas nas situações referidas. O Núcleo de Investigações Feministas (NINFEIAS) é um exemplo. Em 2011, as pesquisadoras da UFOP Nina Caetano e Thaiz Cantasini fundaram o Núcleo com o objetivo de desenvolver estudos sobre teorias feministas e práticas performativas, atuando também na comunidade ouro-pretana. O Núcleo realiza, frequentemente, eventos como "Mulheres em Re-Construção" de 2017, como modo de promoção da temática e de combate a violência de gênero. Encontra-se permanentemente aberto a participação de alunos mantendo-se próximo a comunidade acadêmica ao realizar atividades em uma perspectiva humanizada.

Após a realização da pesquisa, observou-se que a Universidade em estudo não apresenta medidas pragmáticas contra a violência de gênero. As ações promovidas são de âmbito educativo e administrativo predominantemente.

Há a necessidade de iniciativas efetivas que previnam as ocorrências e punam os responsáveis. O processo pode ser iniciado com planejamentos simples de administração de

⁶ Ver "Lei que permite mulheres descerem fora do ponto de ônibus ainda é pouco conhecida". 2018. Disponível em: <https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000923852/lei-que-permite-usuarias-descerem-fora-do-ponto-e-pouco-conhecida.html>. Acesso em: 09 nov. 2018.

pessoas e de adequação de espaços, observando a infraestrutura da Universidade como uma aliada e não como um espaço de potencial violência. Capacitar as pessoas que cuidam da segurança dos espaços para esses tipos de situação; manter a iluminação e a capina em condições adequadas é estratégicas; fomentar a realização dos processos jurídicos contra os acusados e fornecer informações sobre o andamento e a conclusão do caso para o público interno e externo da Universidade são dinâmicas essenciais nesse contexto.

Durante a realização da pesquisa, observou-se uma limitação no estudo que se relaciona a possibilidade do trabalho não apresentar todas as medidas ou políticas da instituição quanto à temática. Isso se deve ao fato das buscas terem sido realizadas nos três sites citados. Não havendo a divulgação das ações institucionais nestes sites, essas não aparecem como resultado da pesquisa.

Pesquisas semelhantes a que foi desenvolvida são importantes para o mapeamento dos modos e das estratégias de instituições federais de ensino quanto à violência contra a mulher. A partir da identificação das tratativas adotadas por essas organizações, podem ser definidas políticas e projetos que possibilitem garantias mais eficientes às vítimas de modo que estas possam, em segurança, frequentar o ambiente acadêmico e concluir a carreira universitária.

Nesse contexto, são importantes estudos que abordem a temática através de perspectivas diferentes. Trabalhos em que os coletivos universitários cujo foco é o combate a violência de gênero devem ser fomentados no ambiente acadêmico assim como pesquisas que dialoguem diretamente com os órgãos administrativos que são responsáveis por garantir a segurança e o bem estar social da comunidade universitária. Outro potencial de pesquisa constrói-se em torno da identificação das principais universidades do país considerando-se as medidas adotadas por essas para combater a violência e traçando-se paralelos entre as políticas adotadas de modo a enriquecer as medidas institucionais contra a violência de gênero.

Nos últimos anos, percebe-se um movimento nas instituições na criação de políticas de conscientização e prevenção da violência contra a mulher, seja no âmbito federal, estadual e municipal ou nas próprias organizações públicas e privadas. No âmbito universitário também há essa preocupação, entretanto nota-se que as eficácias das políticas abordadas podem ser aperfeiçoadas. A presente pesquisa foi desenvolvida com o propósito de contribuir para esse processo. Nessa dinâmica, é importante ressaltar que para combater a violência de gênero nas universidades, o problema não pode ser entendido como particular ao ambiente, mas como um problema que se desenvolve social e culturalmente, havendo a necessidade de uma tratativa que reverbera nos outros espaços de vivência do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Z. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

AQUINO, A. C. R. Jus Brasil - **Caso Maria da Penha**, 2016. Disponível em: <<https://anaarios.jusbrasil.com.br/artigos/338925361/caso-maria-da-penha>>. Acesso em 27 set. 2018.

ARAUJO, D. G. A; TEIXEIRA, T. R. **Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: alterações processuais**. 2017. Disponível em: <<http://www.unilago.edu.br/publicacao/edicaoatual/sumario/2017/7.pdf>>. Acesso em 28 set. 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELLO-URREGO, Alejandra del Rocío. Sexo/gênero, violências y derechos humanos: perspectivas conceptuales para el abordaje de la violencia basada en género contra las mujeres desde el sector salud. **Revista Colombiana de Psiquiatria**, Colombia, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/806/80626357004.pdf> >. Acesso em 27 set. 2018.

BENEDUCE, C. G. Hospitalidade substantivo feminino? 2007. 156f. **Dissertação** (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp040145.pdf> >. Acesso em: 18 ago. 2018.

BRASIL. Lei 11.340, de 07 agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 18 set. 2018

BRASIL. Lei 13.104 de 09 de março de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em 19 set. 2018

Data popular/Instituto Avon, 2015. Violência contra a mulher no ambiente universitário. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/wp-content/uploads/2015/12/DATAPOPULAR_AVON_violenciauniversitarios2015.pdf>. Acesso em 25 set. 2018.

DINIZ, A. Igualdade de gênero – o que as organizações têm a ver com isso? **Site da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP**. Disponível em:<<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/artigo-ana-paula-diniz/>>. Acesso em 29 set. 2018

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GLOBO.COM, 28 ago.2018. Coletivo de mulheres recebe mais de 100 casos de assédio no campus Saúde da UFMG. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/08/28/coletivo-de-mulheres-recebe-mais-de-100-casos-de-assedio-no-campus-saude-da-ufmg.ghtml>>. Acesso em 25 set. 2018

GOV.BR - Portal Governo do Brasil, 2014. Onze empresas oficializam parceria por combate à violência contra mulher. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/onze-empresas-oficializam-parceria-por-combate-a-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 09 nov. 2018

GRANJA, E; MEDRADO, B. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 26 out. 2018.

HISAYASU, A; TOLEDO, L.F. De 10 estupros levados a CPI, 3 viram sindicância e só 1 aluno da USP é punido, 2016. **Site Jornal Estado de São Paulo**. Disponível em: < <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,de-10-estupros-levados-a-cpi--3-viram-sindicancia-e-so-1-aluno-da-usp-e-punido,10000006089>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

Instituto de Física de São Carlos/ Universidade de São Paulo, 2017. Cartilha traz orientações para enfrentar a violência de gênero na universidade. Disponível em: < <https://www2.ifsc.usp.br/portal-ifsc/cartilha-traz-orientacoes-para-enfrentar-a-violencia-de-genero-na-universidade/>>. Acesso em 04 nov. 2018.

Jornal da USP, 26 ago. 2016. Rede de professoras da USP luta contra a violência sexual e de gênero. Disponível em:< <https://jornal.usp.br/universidade/rede-de-professoras-da-usp-luta-contra-a-violencia-sexual-e-de-genero/>>. Acesso em 29 set. 2018.

LIMA, D. C; BÜCHELE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 721-743, 2011. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000200020>. Acesso em 27 set. 2018.

LIRA, K. F. S; DE BARROS, A. M. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, Vitória, n. 22, p. 275-297, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13622/9665>>. Acesso em 27 set. 2018.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: STREY, M. N. **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: v. 18, n. 36,p. 15-23, jun. 2010.

Portal Catarinas, 31 mar. 2018. A universidade sob a marca da violência de gênero. Disponível em:<<http://catarinas.info/universidade-sob-marca-da-violencia-de-genero/>>. Acesso em 29 set. 2018

Publica: Agência de Jornalismo Investigativo, 28 ago. 2013. Severinas: as novas mulheres do sertão. Disponível em: < <https://apublica.org/2013/08/severinas-novas-mulheres-sertao/>>. Acesso em 30 out. 2018.

Revista Super Interessante, 13 jun. 2018. Universidades não sabem lidar com assédio sexual, diz relatório. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/comportamento/universidades-nao-sabem-lidar-com-assedio-sexual-diz-relatorio/>>. Acesso em 26 set. 2018.

SAFFIOTI, H. IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007>. Acesso em 27 set. 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Portal Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais FLASCO-Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://flasco.org.br/?publication=ontogenese-e-filogenese-do-genero-ordem-patriarcal-de-genero-e-a-violencia-masculina-contramulheres>>. Acesso em: 18 ago. 2018

SANTOS, C. M; IZUMINO, W. P. (2005) Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. **Dialnet**. Vol. 16, Nº. 1, 2005, págs. 147-164. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4004126>>. Acesso em 26 set. 2018.

SCHMITT, N. G. **A influência da cultura patriarcal na produção de violências e na construção das desigualdades entre homens e mulheres: um olhar dos profissionais que atuam na rede de proteção social no município de Araranguá/SC**. Disponível em: < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Nayara.pdf>>. Acesso em 28 set. 2018.

SCOTT, J. W. Gênero, uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez .1995.

UFG- Universidade Federal de Goiás. Docentes da FIC oferecem disciplinas sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Disponível em: < <https://www.fic.ufg.br/n/90438-docentes-da-fic-oferecem-disciplinas-sobre-genero-sexualidade-e-relacoes-etnico-raciais>>. Acesso em 29 set. 2018.

VILELA, I. UFOP entre as melhores universidades do país em ranking da Times Higher Education, 2018. **Site da Universidade Federal de Ouro Preto**. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/ufop-entre-melhores-universidades-do-pais-em-ranking-da-times-higher>. Acesso em 08 nov. 2018.

Veja on-line, 09 ago. 2018. Cresce o número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/cresce-61-o-numero-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil/>>. Acesso em: 18 set. 2018

VENTURA, E. F. O assédio moral em uma instituição federal de ensino: o caso UFOP.
Projetos, dissertações e teses do Programa de Doutorado e Mestrado em Administração,
v. 10, n. 1, 2016.

APÊNDICE A – Resultados na busca do site da UFOP

Quadro 1 - “Violência contra a mulher”

RESULTADOS PARA CLASSIFICAÇÃO	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Reportagem Rádio UFOP Educativa aborda o direito da mulher	2x
Professor discute permanência cultural da violência contra a mulher	2x
Nota de repúdio contra o ocorrido em republica	1x
Fórum de Empoderamento da mulher e combate a misoginia	1x
Dia da mulher na UFOP é marcado com intervenções e debate	1x
Neabi debate violência contra a mulher	3x
Confira programação completa 10/11 (Severinas)	1x
Núcleo de estudo da EDTM debate violência na universidade	1x
Toda Forma de Agressão é violência é tema de campanha da TV UFOP	3x
Rádio UFOP lança série sobre violência contra a mulher	4x
VI Semana de Integração recebe calouros em Mariana	1x
UFOP pró-reitoria de extensão	5x
Em cartaz neste carnaval, a proteção e o respeito	1x
Carta de protesto Departamento de História da Universidade Federal de Ouro	1x

Preto sobre a execução da Vereadora Marielle Franco	
GEPhar exibe "Gênio Indomável" nesta quinta-feira	1x
FALSO INDICADOR	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Palestra sobre a Violência contra a Mulher acontece em Ouro Preto	2x
Núcleo de Investigação Feminista realiza manifestação contra violência sexual	1x
11º CineOP acontece com o apoio da UFOP	1x
Debate sobre pedofilia e violência sexual infantil	1x
UFOP firma parceria com Comissão da Verdade de Minas Gerais (falso indic)	1x
Dia 24/01/2017 – Terça-feira horário Conhecendo museus	1x
Solenidade marca posse de nova reitora e vice-reitor	1x
Performance artística abre programação do "Mulheres em Re-Construção"	2x
Debate: "Vamos conversar sobre assédio?"	2x
Debate discute ausência de espaço para mulheres denunciarem violência na região	2x
Re-existindo com elas	1x

Documentário Atingidas traz relato de mulheres após rompimento da barragem e recebe prêmio	1x
Semana Afrofeminista - UFOP	1x
A UFOP e a luta contra a ditadura militar	1x

FONTE: Site oficial da UFOP

Quadro 2 - “Violência de gênero”

RESULTADO PARA CLASSIFICAÇÃO	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Manifestação do Conselho Universitário à Comunidade da UFOP	1x
UFOP Conhecimento aborda os estudos sobre o comportamento feminino aliado a ações performáticas	1x
UFOP Conhecimento analisa o papel do feminismo da educação	1x
O Grupo de Estudo em Gênero e Diversidade vai exibir gratuitamente o filme: “O sorriso de Monalisa”	1x
OCORRÊNCIAS JÁ MENCIONADAS ANTERIORMENTE	
BUSCA	DATA DA PUBLICAÇÃO
Professor discute permanência cultural da violência contra a mulher	2x
Nota de repúdio contra o ocorrido em republica	1x
Fórum de Empoderamento da mulher e combate a misoginia	5x
Dia da mulher na UFOP é marcado com intervenções e debate	2x
Confira programação completa 10/11 (Severinas)	1x

Núcleo de estudo da EDTM debate violência na universidade	6x
Debate discute ausência de espaço para as mulheres denunciarem violência na região	1x
UFOP pró-reitoria de extensão	4x
Re-existindo com elas	1x
Semana Afrofeminista - UFOP	1x
FALSO INDICADOR	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Relatório de Gestão 2009	1x
Plano de Desenvolvimento Institucional UFOP 2016-2025	1x
Sou Mais Juventude: mesa discute “cura gay”	1x
UFOP homenageia mulheres pelo dia 08 de março	2x
Manifestação do Conselho Universitário à comunidade UFOP	1x
Sou Mais Juventude promove ações artísticas e debate contra violência sexual	1x
Debate sobre direitos humanos com Suplicy	1x
Semana de integração do ICSA	1x
Roda de conversa no ICSA discute feminismo negro	1x
Fórum das Letras traz Cineclube promovido pela Canal Futura	1x
Professora da UFOP promove bate papo feminista na biblioteca	1x

Aluno exibe documentário "LGBT de periferia: resistência, luta e empoderamento "	1x
Debate: “Estado de exceção: jornalismo e resistência”	1x
Ano 2017 – Em desenvolvimento (Projetos isolados e vinculado)	1x
Sala aberta: Violência Ética na Educação	5x
Mesa discute direitos LGBT	1x

FONTE: Site oficial da UFOP

Quadro 3- “Medidas sobre violência contra a mulher”

RESULTADO PARA CLASSIFICAÇÃO	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Relatório de Gestão do Exercício de 2013	1x
OCORRÊNCIAS JÁ MENCIONADAS ANTERIORMENTE	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Núcleo de Investigação Feminista realiza manifestação contra violência sexual	1x
Relatório de Gestão do Exercício de 2014	1x
UFOP pró-reitoria de extensão	1x
Projeto de extensão pesquisa violência contra mulher na região dos Inconfidentes	1x
Semana Afrofeminista - UFOP	1x
FALSO INDICADOR	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
A UFOP e a luta contra ditadura militar relatório	1x

FONTE: Site oficial da UFOP

Quadro 4- “Lei Maria da Penha”

RESULTADO PARA CLASSIFICAÇÃO	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Oficina de escrita criativa para mulheres será ministrada na Assufop	1x
OCORRÊNCIAS JÁ MENCIONADAS ANTERIORMENTE	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Palestra sobre a Violência contra a Mulher acontece em Ouro Preto	1x
Reportagem da Rádio UFOP Educativa aborda o Direito da Mulher	3x
Professor discute a permanência cultural da violência contra a mulher na sociedade	1x
Projeto de Extensão pesquisa violência contra a mulher na Região dos Inconfidentes	1x

FONTE: Site oficial da UFOP

Quadro 5- “Feminicídio”

OCORRÊNCIAS JÁ MENCIONADAS ANTERIORMENTE	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
UFOP Conhecimento aborda os estudos sobre o comportamento feminino aliado a ações performáticas	1x
Professora da UFOP promove bate-papo feminista na Biblioteca Municipal de Ouro Preto	1x
FALSO INDICADOR	
BUSCA	OCORRÊNCIAS

Feminicídio no Código Penal é mais uma conquista dos direitos das mulheres	2x
No Dia Internacional da Mulher, servidoras e alunas da UFOP fazem manifestação	1x

FONTE: Site oficial da UFOP

APÊNDICE B – Resultados do site do Encontro de Saberes

Quadro 1- “Violência contra a mulher”

FALSO INDICADOR	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Violência Contra a Mulher (2010)	1x
VIOLENCIA CONTRA A MULHER EM PONTE NOVA - UM RETRATO DO CONVIVIO FAMILIAR (2010)	1x
Mobilização e participação comunitária no enfrentamento da violência contra a mulher (2012)	1x
Violência contra a mulher: uma abordagem vitimológica (2012)	1x
GÊNERO E VIOLENCIA CONTRA A MULHER: considerações sobre a Lei nº 11.340/2006 e o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.424/2010 (2013)	1x
OCORRÊNCIA JÁ MENCIONADA ANTERIORMENTE	
BUSCA	OCORRÊNCIA
Ações de enfrentamento à violência contra a mulher na Região dos Inconfidentes (2017)	1X

FONTE: Site do Encontro do Saberes

Quadro 2 - “Violência de gênero”

RESULTADO PARA CLASSIFICAÇÃO	
BUSCA	OCORRÊNCIA
Violência de Gênero no Jornal Popular Super Notícia (2012)	1X
FALSO INDICADOR	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Violência de gênero: um estudo a cerca da atuação das Delegacias de Repressão aos Crimes contra as Mulheres em Montes Claros – MG (2010)	1x
A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL (2014)	1x

FONTE: Site do Encontro do Saberes

Quadro 3 - “Lei Maria da Penha”

RESULTADO PARA CLASSIFICAÇÃO	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Mulheres que usaram a Lei Maria da Penha analisam notícias de violência doméstica (2013)	1x
APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NOS CASOS DE RELACIONAMENTOS ENTRE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNOS DE GÊNERO (2016)	1x
A não efetivação da igualdade constitucional e os desdobramentos da Lei Maria da Penha (2016)	1x

FONTE: Site do Encontro do Saberes

Quadro 4 - “Feminicídio”

RESULTADO PARA CLASSIFICAÇÃO	
BUSCA	OCORRÊNCIAS
Acerca da Lei 13.104/15 e a tipificação do feminicídio como figura qualificada de homicídio: um estudo sobre o Direito Penal Simbólico e o Discurso Político de Criminalização. (2016 e 2017)	2x

FONTE: Site do Encontro do Saberes

APENDICE C – Produto técnico



RELATÓRIO DE PRODUÇÃO TÉCNICA/TECNOLÓGICA

Linha do Tempo: Medidas institucionais da UFOP contra a violência de gênero

Autor (es):	Malena Aparecida Faustino
--------------------	----------------------------------

Data e local da realização:	Agosto a novembro de 2018/ Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)
------------------------------------	--

1. Tipo de Produção Técnica/Tecnológica

O produto caracteriza-se como produção tecnológica
--

	Base de dados técnico-científica		Manual de operação técnica
xx	Desenvolvimento de material didático e instrucional		Processos de gestão
	Desenvolvimento de Tecnologia social		Processo/Tecnologia não patenteável

2. Aderência ao Tema

Dentre as linhas de pesquisa e extensão do Observatório C.A.F.E., esta produção se encaixa na:

	Estudos Críticos Organizacionais: analisar e agir sobre a realidade organizacional sob a lente dos estudos críticos, desvelando as estratégias de dominação e alienação presentes nas formas atuais de estruturação do trabalho. As análises críticas organizacionais, eminentemente de natureza frankfurtiana,
--	--

	buscarão o desenvolvimento da emancipação humana e do desenvolvimento de formas mais justas e igualitárias de trabalho.
x	Formação e Ensino em Administração: compreender e agir sobre a realidade do ensino de Administração no país, bem como as formas de desenvolvimento da formação crítica do administrador. As pesquisas, de natureza crítica, se baseiam, eminentemente, na pedagogia crítica Freireana e Frankfurtiana, seja em seus autores de primeira, segunda ou terceira geração. O objetivo destes estudos é fomentar o pensamento reflexivo e a consciência crítica do administrador quanto a seu status de “técnico do saber prático”, tornando-o consciente dos significados sócio-culturais de sua profissão, criando, assim, condições de emancipação e autonomia do sujeito.

3. Impacto (especificar o tipo de demanda, objetivo da pesquisa e área impactada):

Em consonância com a linha de pesquisa acima destacada, esta produção visou a identificação das políticas institucionais de combate de violência de gênero na Universidade Federal de Ouro Preto e contribuir para apresentação de novas perspectivas sobre a temática.

4. Aplicabilidade

	Abrangência realizada
x	Abrangência potencial
	Replicabilidade

5. Inovação

	Produção com alto teor inovativo		Produção com baixo teor inovativo
--	----------------------------------	--	-----------------------------------

xx	Produção com médio teor inovativo		Produção sem inovação aparente.
----	-----------------------------------	--	---------------------------------

6. Complexidade

	Produção com alta complexidade
x	Produção com média complexidade
x	
	Produção com baixa complexidade

7. Desenho da Produção Técnica/Tecnológica

A produção técnica desse trabalho foi desenvolver uma linha do tempo a partir do software Knight Lab. Foi realizado no período de setembro a novembro de 2018. O conjunto de dados utilizados constitui-se dos indicadores obtidos como resultados das buscas no site oficial da Universidade, site do Encontro dos Saberes e Dados UFOP.

8. Resultados da Produção Técnica/Tecnológica

Esse produto técnico não vai ser aplicado a um público específico

9. Material Utilizado

O site utilizado para fazer a linha do tempo é Knight Lab. Ele permite a criação da linha do tempo por meio de um documento de planilha no Google Drive. A ferramenta possibilita a inclusão de textos (datas, títulos, descrições) e mídias (fotos, vídeos) por meio de links. Há a atualização simultânea da linha do tempo com o preenchimento da planilha.

DECLARAÇÃO

Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado “**MEDIDAS INSTITUCIONAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP) RELATIVAS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**”, de autoria da discente **Malena Aparecida Faustino** foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Professora DSc. Carolina Machado Saraiva
Orientadora

Mariana, 28 de novembro de 2018.